

ALTERAÇÕES DO CTB

SMT – JATAÍ/GO

Aprovada em outubro de 2020, a Lei 14.071/20, que altera alguns pontos do Código de Trânsito Brasileiro começou a vigorar no último dia 12 de abril.

Confira aqui o que muda



Ampliação do prazo de validade do exame para renovação da CNH	
ANTES	DEPOIS
<p>Condutores com menos de 65 anos – validade de até 05 anos</p> <p>Condutores com 65 anos ou mais - validade de até 03 anos</p> <p>*a validade do exame pode ser reduzida a critério médico</p>	<p>Condutores com menos de 50 anos – validade de até 10 anos</p> <p>Condutores com idades entre 50 e 70 anos – validade de até 05 anos</p> <p>Condutores com 70 anos ou mais - validade de até 03 anos</p> <p>*a validade do exame pode ser reduzida a critério médico</p>

Aumento do limite de pontos para suspensão do direito de dirigir	
ANTES	DEPOIS
<p>20 pontos, no período de 12 meses (independentemente da gravidade das infrações)</p>	<p>20 pontos, no período de 12 meses, com duas ou mais infrações gravíssimas.</p> <p>30 pontos, no período de 12 meses, com uma infração gravíssima.</p> <p>40 pontos, no período de 12 meses, sem nenhuma infração gravíssima.</p> <p>**40 pontos, no período de 12 meses, para condutor que exerce atividade remunerada, independentemente da natureza das infrações.</p> <p>** novas regras para infrações lavradas a partir 12 de abril.</p>

Obrigatoriedade do uso dos equipamentos de retenção	
ANTES	

De acordo com a Resolução nº 277/08, do CONTRAN (Conselho Nacional de Trânsito):

- Para crianças de até 1 ano: o assento deve ser bebê conforto, instalado de costas para o banco dianteiro;
- Para crianças de 1 até 4 anos: o assento deve ser uma cadeirinha tradicional, voltada para frente do veículo;
 - Para crianças de 4 até 7 anos e meio: o assento deve ser um banco de elevação voltada para frente do veículo, além do cinto de segurança de 3 pontos;
- Para crianças de 7 anos e meio até 10 anos: devem sentar-se no banco traseiro com cinto de segurança de 3 pontos

DEPOIS

De acordo com a nova Resolução nº 819/21, do CONTRAN (Conselho Nacional de Trânsito):

- “Bebê conforto ou conversível”, instalado de costas para o banco dianteiro:
 - a) crianças com até 1 ano de idade ou
 - b) com peso de até 13 kg conforme limite máximo definido pelo fabricante do dispositivo;
- “Cadeirinha”, voltada para frente do veículo:
 - a) crianças com idade superior a 1 ano e inferior ou igual a 4 anos ou
 - b) peso entre 9 a 18 kg;
- “Assento de elevação”, sem bandeja:
 - a) crianças com idade superior a 4 anos e inferior ou igual a 7 anos e meio ou;
 - b) crianças com até 1,45cm de altura e peso 15 a 36 kg;
- Cinto de segurança do veículo:
 - a) crianças com idade superior 7 anos e meio e inferior ou igual a 10 anos ou;
 - b) crianças com altura superior a 1,45cm.

Aumento da idade mínima para crianças em motos	
ANTES	DEPOIS
É proibido transportar criança menor de 7 anos ou sem condições de cuidar da própria segurança.	Será proibido transportar criança menor de 10 anos ou sem condições de cuidar da própria segurança.

Luz baixa durante o dia em rodovias apenas em pista simples	
ANTES	DEPOIS
O condutor deve manter acesos os faróis do veículo, utilizando a luz baixa, durante a noite e durante o dia nas rodovias.	Não será mais exigida a luz baixa quando o veículo já dispuser da luz DRL, quando em pista duplicada ou dentro do perímetro urbano.

Redução da gravidade da infração para motocicleta com farol apagado	
ANTES	DEPOIS
Conduzir motocicleta, motoneta e ciclomotor com os faróis do veículo apagados é infração gravíssima, sujeita a multa de R\$ 293,47, recolhimento da CNH e suspensão do direito de dirigir.	Conduzir motocicleta, motoneta e ciclomotor com os faróis do veículo apagados será infração média, sujeita a multa de R\$ 130,16 e quatro pontos na CNH.

--

Impedimento de licenciamento para veículo que não atender a recall

ANTES	DEPOIS
<p>Informações referentes às campanhas de chamamento (recall) de consumidores para substituição ou reparo de veículos não atendidas no prazo de um ano, deverão constar no Certificado de Licenciamento Anual.</p>	<p>Após 1 ano da inclusão da informação de recall no Certificado de Licenciamento Anual, o veículo somente será licenciado após a realização do recall.</p>

Enquadramento da infração para motociclistas sem viseira ou óculos de proteção

ANTES	DEPOIS
<p>Atualmente há dois tipos de enquadramento para essa infração: – O artigo 244 do CTB determina que conduzir motocicleta, motoneta ou ciclomotor sem viseira ou óculos de proteção é infração gravíssima, sujeita a multa de R\$ 293,47, recolhimento da CNH e suspensão direta do direito de dirigir.</p> <p>– O artigo 169 da Resolução 433/13 do CONTRAN estabelece que pilotar com a viseira levantada ou fora das condições exigidas pela resolução é infração leve, sujeita a multa de R\$ 88,38.</p>	<p>A nova regra alinha as normativas e estabelece que conduzir motocicleta, motoneta ou ciclomotor com a utilização de capacete de segurança sem viseira ou óculos de proteção ou com viseira ou óculos de proteção em desacordo com a regulamentação do Contran será infração média, sujeita a multa de R\$ 130,16 e retenção do veículo para regularização.</p>

ART. 252 DISPENSA DO PORTE DO DOCUMENTO DE HABILITAÇÃO QUANDO A FISCALIZAÇÃO PUDER CONSULTAR O SISTEMA	
ANTES	DEPOIS
<p>É obrigatório o porte da ACC, PPD ou CNH para dirigir, seja na versão impressa ou digital</p>	<p>O porte do documento de habilitação poderá ser dispensado, caso a fiscalização consiga, através de verificação do sistema, comprovar que o condutor está habilitado.</p>
Alteração na validade do exame toxicológico	
ANTES	DEPOIS
<p>Renovação do exame toxicológico obrigatória para todos os condutores de categorias C, D e E.</p> <p>Condutores com CNH válida por 05 anos - renovação a cada 02 anos e 06 meses.</p> <p>Condutores com CNH válida por 03 anos - renovação a cada 01ano e 06 meses.</p>	<p>Renovação do exame toxicológico obrigatória a cada 02 anos e 06 meses para os condutores de categorias C, D e E e com idade inferior a 70 anos.</p> <p>Condutores acima de 70 anos não precisam renovar o exame toxicológico antes do vencimento de sua CNH.</p> <p>Outra novidade é o enquadramento para o motorista que dirigir sem ter realizado o exame toxicológico previsto após 30 dias do vencimento do prazo de 02 anos e 06 meses (art.148-A §2º) ou para quem exerce atividade remunerada e não comprova na renovação do documento a realização do exame no período exigido.</p> <p>A conduta será considerada infração gravíssima, sujeita a multa de R\$ 1.467,35 e suspensão do direito de dirigir por três meses.</p>

MUDANÇA NA REGRA PARA CONVERSÃO À DIREITA	
ANTES	DEPOIS
Não há autorização para livre conversão à direita	Será permitida a conversão à direita diante de sinal vermelho do semáforo onde houver sinalização indicativa que permita essa conversão.
<i>Desde que atendidas as normas de segurança.</i>	

Aumento da gravidade da infração para quem não reduz ao passar ciclista	
ANTES	DEPOIS
Deixar de reduzir a velocidade do veículo de forma compatível com a segurança do trânsito ao ultrapassar ciclista é infração grave, sujeita a multa de R\$ 195,23.	Deixar de reduzir a velocidade do veículo de forma compatível com a segurança do trânsito ao ultrapassar ciclista será infração gravíssima, sujeita a multa de R\$ 293,47.

Advertência por escrito automática para infrações leves e médias	
ANTES	DEPOIS
A penalidade de advertência por escrito pode ser imposta aos que cometem infração leve ou média, desde que o infrator não seja reincidente, na mesma infração, nos últimos doze meses. No entanto, sua aplicação depende da autoridade de trânsito entender esta como a medida mais educativa.	A regra para aplicação da penalidade de advertência por escrito não dependerá mais da decisão da autoridade de trânsito. A penalidade deverá ser imposta à infração de natureza leve ou média, passível de ser punida com multa, caso o infrator não tenha cometido nenhuma outra infração nos últimos 12 meses.

Aumento do prazo para indicação do condutor infrator

ANTES	DEPOIS
O prazo para o proprietário apresentar o condutor infrator quando não é o responsável pela infração é de 15 dias, contado da notificação da autuação.	O prazo para indicar o condutor infrator passará a ser de 30 dias .

Aumento do prazo para comunicação de venda	
ANTES	DEPOIS
O prazo para o vendedor do veículo fazer a comunicação de venda junto ao órgão de trânsito é de 30 dias.	O prazo para comunicação de venda passará a ser de 60 dias. A nova legislação também abre a possibilidade de que esse procedimento seja eletrônico.

Aumento do prazo para defesa prévia	
ANTES	DEPOIS
O prazo para a apresentação de defesa prévia era estabelecido em Resolução do Contran: não será inferior a 15 dias , contado da data de expedição da notificação.	O prazo para a apresentação de defesa prévia passará a constar no Código: não será inferior a 30 dias , contado da data de expedição da notificação.

Prazo para expedição de notificação de penalidade	
ANTES	DEPOIS
Não havia prazo para o órgão de trânsito expedir a notificação de aplicação da penalidade.	<p>A legislação prevê dois prazos para o órgão de trânsito expedir a notificação de aplicação de penalidade (multa) que, se não cumpridos, implicam na perda do direito de aplicara penalidade.</p> <p>Caso a defesa prévia não seja apresentada no prazo estabelecido, o prazo máximo será de 180 dias, contado da data da infração.</p> <p>Em caso de apresentação da defesa prévia em tempo hábil, o prazo previsto será de 360 dias.</p>
*A "defesa prévia" atualmente possui a nomenclatura "defesa da autuação".	

Redução da gravidade da infração para quem deixa de transferir o veículo no prazo	
ANTES	DEPOIS
Deixar de efetuar o registro de veículo no prazo de trinta dias é infração grave, sujeita a multa de R\$ 195,23 e retenção do veículo para regularização.	Deixar de efetuar o registro de veículo no prazo de trinta dias será infração média, sujeita a multa de R\$ 130,16 e remoção do veículo.

Fim da obrigatoriedade de aulas práticas noturnas	
ANTES	DEPOIS
Há exigência de realização de um percentual mínimo de aulas no período da noite nos cursos práticos de todas as categorias de habilitação.	Não haverá mais obrigatoriedade em realizar aulas práticas no período noturno.

Extinção do prazo para realização de novo exame após reprovação

ANTES	DEPOIS
O candidato só pode repetir o exame em que foi reprovado depois de quinze dias.	O candidato não precisará mais aguardar esse prazo.

Registro de blindagem de veículos no documento

ANTES	DEPOIS
No caso de qualquer modificação ou substituição de equipamento de segurança exige-se, para registro ou licenciamento, certificado de segurança expedido por instituição técnica credenciada por órgão ou entidade de metrologia legal.	A blindagem de veículos ficará de fora dessa regra, não exigindo qualquer outro documento ou autorização para o registro ou o licenciamento.

Benefícios para bons condutores

ANTES	DEPOIS
Não há previsão legal.	A lei cria o Registro Nacional Positivo de Condutores* , que vai cadastrar motoristas que não cometeram infração de trânsito nos últimos 12 meses. O governo federal, estados e municípios poderão dar benefícios fiscais ou tarifários a esses condutores.

Criação de multa para quem para em ciclovia ou ciclo faixa	
ANTES	DEPOIS
Não há previsão de multa para o motorista que para o veículo em ciclovia.	Parar em ciclovia ou ciclo faixa passará a ser infração grave, sujeita a multa de R\$ 195,23 e cinco pontos na CNH.

Curso preventivo de reciclagem	
ANTES	DEPOIS
Condutores das categorias C, D e E, com registro na CNH de exercício de atividade remunerada, que somaram entre 14 e 19 pontos nos últimos 12 meses.	Condutores de todas as categorias, com registro na CNH de exercício de atividade remunerada, que somaram entre 30 e 39 pontos nos últimos 12 meses.

COORDENAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE TRÂNSITO E COMUNICAÇÃO

Fonte: <http://www.goinfra.go.gov.br/>